2

D i s c u r s o pronunciado por
Leôncio de Aguiar Vasconcellos, Presi -
dente da Associação do Ministério Públi -
co do Estado do Rio de Janeiro, em .....
12/8/1980, no Clube Ginástico Português.

Minhas senhoras e meus senhores

Meus companheiros:

Este ato me impõe, em obediência à tradi -
ção, algumas palavras. Imprescindível o discurso nessas ho -
ras. Que o mesmo, entretanto, seja breve. Vivemos dias de ob -
jetividade e o mundo se despe das fantasias que ornaram os
ideais do HOMEM em tempos mais amenos. Não seja, contudo, peça
que não consinta digressão. Inevitável uma incursão nas nos -
sas origens. Porque, afinal, quem somos? De onde vimos?

No Gênesis está o primeiro julgamento. DEUS
proferirá alia primeira sentença? Em desacerto não incorriria -
mos se pretendêssemos no episódio bíblico a primeira acusação.
Porque, em forma, ecoa como libelo a imprecisão do Senhor con -
tra o fratricida: "A voz do sangue do teu irmão clama da terra
por mim"! No Gênesis, a primeira sentença se confunde com a
primeira acusação.

Mestre Lyra, transcrevendo Berto Valori, as -
sinalava nossa presença já há quatro mil anos no Egito. Lá, já
éramos a "língua e os olhos do Rei, o castigo dos rebeldes e
a repressão aos violentos". Tínhamos já porém missão maior, de
mais abrangente sentido social. Há quatro mil anos já éramos
o que somos hoje e o que seremos amanhã:

"o marido da viúva e o pai do órfão"!

Como Instituição não existíamos em Roma, nem
na Grécia. Ao povo, leciona ainda Roberto Lyra, quando não ao

ofendido; "Cuiuslibet ex populo" competia a iniciativa do procedimento penal, e, os acusadores eram um César, um Cícero, um Hortêncio, um Catão, que, movidos pelas paixões ou pelos interesses, abriam caminho à sagração popular, em torneios de eloquência facciosa. A técnica da função confundia-se com a arte de conquistar prosélitos pela palavra.

Eloquência facciosa...

Ainda que mais distanciados em séculos, bem mais próximo do que somos, estiveram os egípcios. Sem eloquência facciosa... Alií, como anotado, o Ministério Público instituiu-se com os primeiros contornos de uma destinação social relevante.

De onde vimos?

No Brasil Colônia, com o regimento de nossa primeira Relação - 7 de março de 1609 - fomos instalados através o Procurador da Coroa, Fazenda e Fisco. Já nos designavam Promotor da Justiça. A Relação do Rio de Janeiro conservaria em sua organização a Instituição composta daqueles órgãos. Estamos em 1751.

A Independência e com ela a Monarquia não nos propiciaram maior dignidade. Reprodução melhorada do que éramos na noite colonial, carregamos por largo tempo, no Brasil independente, deficiências de estrutura que só encontraria o primeiro tratamento na Lei de 3 de dezembro de 1841. Não era tudo, nem o bastante. Como bastante não foi, para a afirmação da Instituição no Brasil, a Reforma de 1871. Esse quadro levaria Ruy Barbosa a observar que no período monárquico "o nome do Ministério Público era apenas a expressão abstrata e imprópria de elementos esparços e desagregados, sem corpo orgânico, sem entidade constituída, sem existência pessoal".

Vigorava ainda a Reforma de 1871, quando proclamou-se a República. O Império legaria ao novo regime um Ministério Público "cumpridor e submisso das ordens do Poder Executivo", na feliz expressão de Macedo Soares.

A República, derrogando antiquilhas, trouxe no pórtico de suas primeiras inspirações a organização do Ministério Público como Instituição emancipada das amarras, temores e subserviência seculares. Nascia com a República o verdadeiro Ministério Público brasileiro. E com a República floresceria em todas as Constituições de nossa história, apesar das vicissitudes.

De onde vimos ?

Vimos das origens da sociedade brasileira, pontuando com a nossa presença, os seus momentos mais marcantes. E estamos aqui a dizer presente na hora em que dubiedades se deixam acentuar por uma realidade marcada por terríveis con tradições, fruto da teimosia e intemperança desavisada dos condutores do processo histórico nacional.

Seremos com a história de nossa Instituição, o que nos inspire e mostra a sociedade de HOJE.

Não há negar: os desníveis salariais adensam inquietudes e angústias coletivas. E já o desassossego son breia a própria classe média. A voracidade inflacionário não discrimina. Se não contida, gerará desesperos incontroláveis.

Integramos, como seres viventes, esta realidade. Dela participamos não como meros expectadores, porque refletidas em atos sociais decorrentes e sob a mira de nossa atuação funcional. O Promotor de Justiça, mais que o político, mais às vezes que o Juiz, recolhe os transbordamentos dessa maté de conflitos de interesses dos segmentos de nossa sociedade. En -

seada de sofrimentos, acautela, quando possível, os embates i nevitáveis.

Consideramos não admitir, nem por hipótese, um Ministério Público letárgico, abúlico, burocrático, afastado, de conseguinte, das aspirações do cidadão que participa com a sua força de trabalho. Ele reclama e exige da existência de um órgão do Poder que o garanta, que tranquilize a sua família e que o proteja das possíveis violações dos seus direitos individuais.

O Ministério Público é uma magistratura complexa: não é a de pé, nem tampouco a sentada. É a de movimentação e plasticidade dialéticas. É uma magistratura sui generis. Não tem veleidades nem compromissos com a imparcialidade formal. Deve ter a grandeza da parcialidade política macroscópica, ampla e pura. Sua realização existencial se esgotará sempre que se tenha feito Justiça.

Penso num Ministério Público como elo e fator de equilíbrio entre o Estado, do qual é delegado, e a Sociedade, de quem é o seu mais intransigente advogado. Nesta hora adversa em que vivemos, nossa responsabilidade se redobra. E de nossa vigilância é cada vez mais carente a comunidade.

É tempo, pois, de ação! E com a Chefia do Ministério Público Estadual abrir clareiras, numa espécie de mutirão de verdade. Somos quase 500 Promotores e Procuradores de Justiça espalhados por todo o território fluminense, e, agora sob o seguro timão do Prof. Nelson Pecegueiro do Amaral, que se reacenda a mística da Instituição, no reencontro da sua verdadeira destinação: servir com desvelo, orgulho e autoridade à causa pública.

Mas não só de idealismo e de renúncia há de se fazer o Ministério Público. Imperioso que o Poder Executivo contribua com a sua cota de estímulo, assegurando à Instituição e aos seus servidores os meios materiais compatíveis com a alta dignidade da função.

Só assim e com esses estímulos é que teremos um Ministério Público como sujeito do processo de refinamento dos mecanismos de uma sociedade urbana, esmagada pela permanente apreensão de uma avassaladora corrente de violência criminal.

A colheita, contudo, dos resultados concretos do nosso projeto, dependerá de igual modo, do esforço de aglutinação e unidade de toda a Classe.

Meus senhores, meus companheiros:

Quero fazer-vos, por último, uma confissão: Mais que o orgulho e a honra da investidura na presidência de nossa gloriosa Associação, experimento uma sensação de quase temor. Temor de não poder ou não saber dar continuidade ao trabalho magnífico e empreendedor de Valneide Serrão Vieira. Temor de não levar a bom termo o embate a que me proponho travar, sem desfalecimento, sem hora e sem tempo, a qualquer hora e a qualquer tempo, a luta muito nossa, que é a da sobrevivência como trabalhadores da Justiça e como cidadãos.

D E U S, certamente, há de me dar forças e inspiração suficientes para o desempenho dessa árdua, mas gratificante Missão.